

NÚCLEO DE ESTUDOS DE PROBLEMAS DA ÁGUA

(Um pequeno passo para a mudança que se impunha na gestão dos recursos hídricos)

José CORREIA DA CUNHA

Eng. Agrº, presidente da TC-Portugal, Rua Rodrigo da Fonseca, 74 - 1º Esq. - 1250-193, LISBOA, + 213 861 123, tcportugal@mail.pt.

RESUMO

No início da década de 70 um Grupo de técnicos, consciente da importância que assumiria a adopção de uma gestão de recursos hídricos mais integrada no planeamento do desenvolvimento económico, juntou esforços no sentido de preparar a apresentação, na Assembleia Nacional, de um projecto de Lei adequado às necessidades do País.

Essa intervenção foi condicionada pela reflexão generalizada que, entretanto, se operou em torno dos problemas ambientais que viriam a ser abordados, em meados de 1972, na Conferência que as Nações Unidas fizeram reunir em Estocolmo.

Por outro lado a iniciativa ficou a constituir a primeira abordagem no sentido de contrariar o monolitismo da intervenção dos chamados Serviços Hidráulicos, até então os únicos responsáveis pela realização dos grandes empreendimentos produtores de energia hidro-eléctrica, e pelo armazenamento de água para os grandes perímetros de rega.

Essa nova atitude, face à importância da água como factor essencial para o desenvolvimento, foi pautada pelas orientações emitidas pelas Nações Unidas durante a fase preparatória da Conferência de Estocolmo. Pela primeira vez a água passou a ser considerada um bem raro, face ao qual se impõe aplicar uma política de boa utilização, prevenindo as quebras de qualidade e evitando, ao máximo, os desperdícios.

Depois de alguns meses de actividade, o referido Grupo, que contava com elementos da craveira dos Engºs. Veiga da Cunha, Mário Lino Correia, Santos Gonçalves, Amílcar Ambrósio e Carvalho Quintela, foi forçado a ter em conta as reacções dos Serviços oficiais – leia-se Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos – e a encarar de frente a constituição de um novo órgão coordenador de todas as intervenções na área do ambiente – a Comissão Nacional do Ambiente – entre as quais se destacava tudo o que dissesse respeito à qualidade da água.

Foi nessa fase, em que se impunha redefinir competências, que organizei um Colóquio Internacional em Santarém, visando o desenvolvimento da bacia hidrográfica do Tejo –Junho de 1970– e apresentei, na Assembleia Nacional, um Aviso-Prévio sobre o ordenamento do território, no qual advogava a consideração do recurso água como indispensável às modernas concepções do desenvolvimento integrado – Abril de 1971.

Entretanto, sucederam-se 30 anos de convulsões sociais e transformações políticas em que, a pouco e pouco, a gestão dos recursos hídricos passou a integrar a grande tarefa da protecção do ambiente e dos recursos naturais. O bom senso acabaria, finalmente, por prevalecer.

Palavras-Chave – Recursos hídricos, gestão, ambiente, ordenamento, aviso-prévio